



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

OUTRAS BREVES POSSÍVEIS: O QUE AS RUAS (NÃO) DIZEM

TRYCIA VITÓRIA LOUREIRO NOBRE¹, CLAUDIANE DA SILVA LADISLAU², LARISSA LEAL NEVES³

¹ Acadêmica do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, campus Breves.

² Docente de Língua Portuguesa do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, campus Breves.

³ Docente de Língua Portuguesa do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio, campus Breves, E-mail autor correspondente: larissa.neves@ifpa.edu.br@

Área de conhecimento/Subárea: Área 09 - Multidisciplinar
ODS vinculado(s): ODS 10 – Redução da desigualdades

RESUMO: Esta pesquisa busca valorizar a memória dos personagens negros, indígenas e afro-indígenas do presente e do passado da cidade de Breves (Marajó), procurando investigar se e como essas populações são referenciadas institucionalmente nos espaços urbanos, ou seja, se aparecem na toponímia urbana, e como se compreende essa nomeação, ou sua ausência, em especial os que também fazem parte desse recorte étnico-racial. A principal metodologia utilizada é a história oral, através das entrevistas com moradores de algumas ruas emblemáticas nesse contexto. Procuramos saber sobre as relações de pertencimento à cidade a partir das toponimizadas oficial e paralela que ocorrem também relacionadas às questões étnico-raciais e interferem nos processos simbólicos que envolvem o direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: memória urbana; toponímia urbana; direito à cidade; racismo estrutural.

INTRODUÇÃO

Cidade emancipada há 173 anos (desde 1851) pelo destaque político-econômico na região, a história oficial da cidade de Breves (Marajó) é remarcada pelo antigo Engenho dos Breves, motivo pelo qual a cidade carrega esse nome, remetendo à família portuguesa que seria a responsável pela prosperidade do lugar. A toponímia, portanto, marca essa história oficial, da mesma maneira que a toponímia da área central da cidade remete à história oficial brasileira, com nomes de políticos como Barão de Rio Branco e Presidente Getúlio... No entanto, diante de uma cidade incrustada no meio do arquipélago Marajoara, e formada, assim como as demais, por grande presença de uma população negra e afro-indígena (Sarraff-Pacheco, 2012), perguntamos que outras histórias a cidade esconde ou marginaliza, especialmente ao sentirmos falta dos personagens negros, indígenas e afro-indígenas, dos personagens populares, da cultura marajoara propriamente dita, para além das relações político-institucionais. Se o ato de nomear o espaço urbano é um ato de perpetuação da memória coletiva (Vieira, 2001), onde estão sendo contadas as memórias populares? Historicamente, a presença e contribuição de pessoas negras e indígenas na Amazônia sofreu e sofre diversos processos de apagamento, bem como de negação de seus traços identitários e culturais. No entanto, é importante destacar que estes povos não permaneceram passivos diante das opressões que sofreram, pois criaram várias estratégias de resistência, dentre elas a organização em comunidades, como mocambos, quilombos, terreiros, dentre outras formas de organização, graças a isso, muitas de suas contribuições socioculturais atravessaram o tempo e hoje contribuem para a identidade dos(as) Amazônidas (Guedes, 2021). Dito isso, é significativo que essa história não seja referenciada na memória institucionalizada da urbe brevesense, e por essa razão é preciso compreender como a população urbana de Breves se relaciona com tais toponimizadas, reconhecendo-se ou não, considerando desde já o apagamento proveniente do racismo estrutural como principal hipótese a ser trabalhada.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como principal referencial teórico-metodológico os fundamentos da História Oral, método de pesquisa (histórico, antropológico, sociológico) que privilegia a utilização de técnicas orais que dão base à produção de fontes oriundas de depoimentos coletados através de entrevistas, que trazem como principal referente a memória coletiva para a construção de análises qualitativas da produção historiográfica



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

da atualidade (Alberti, 2005). Sendo assim, buscamos pela memória coletiva da população negra e afro-indígena brevesse acerca da história da participação da sua comunidade na conformação do município, o que caracteriza a pesquisa no escopo da História Oral Temática (Branco, 2020), pois a partir de um tema específico buscamos obter de nossas fontes suas percepções sobre este fato ou evento, neste caso, a biografia do narrador é relevante caso revele informações ou aspectos ligados ao tema pesquisado.

As entrevistas privilegiam os informantes mais velhos e que residem há mais tempo em cada rua, pois estes tendem a fornecer mais dados sobre o processo de ocupação do lugar, bem como da oficialização toponímica. Importante ressaltar que o método da História Oral não serve para ser “comparado” à história oficial do município, de modo que por vezes a pesquisa documental (no caso, nos arquivos do município de Breves) se faz necessária para lançar luz sobre a própria história oficial, mas não é tomada como validadora ou invalidadora das informações fornecidas pela memória dos informantes, pois embora vários sujeitos sejam participantes de uma mesma experiência, a percepção de cada um sobre o episódio vivenciado será única (Minayo, 2012). Com as entrevistas procuramos, dessa maneira, valorizar o que a memória coletiva preserva apesar da tentativa de apagamento da história oficial, justificando-se essa metodologia por sua interdisciplinaridade e como forma de compreender como esses sujeitos sentem-se pertencentes ou não a esses espaços e percebem a racialização das relações sociais configuradas no espaço simbólico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existe um imaginário social que associa a cidade bem sucedida a um espaço que precisa remeter à “história do progresso”, seja no seu desenho urbano ou nas maneiras de nomeá-lo (Pesavento, 2007). No entanto, essa história oficial, eurocentrada e fundamentada no desenvolvimento aos moldes capitalistas, nada mais é do que a história colonizada, portanto embraquecedora, porque moldada pela branquitude (Santos, 2022). Quando se trata de Amazônia, parece que contar essa história é uma forma de se inserir nesse progresso, “iniciado” com os irmãos Breves portugueses, e “continuado” em outros períodos, como os dos dois ciclos da borracha, lembrados na toponímia de ruas como Paes de Carvalho, Justo Chermont e Presidente Getúlio (Leão, 2019), todos personagens distantes da realidade brevesse, embora importantes no contexto macropolítico regional e nacional que interfere, por vezes mais diretamente, outras menos, no local. No entanto, o próprio fato de se escolher pelos “grandes personagens históricos” já demonstra o viés da história colonizadora.

Nesse sentido, é preciso entender como essas toponímias se mesclam ou entram em conflito no imaginário popular com outras, e o que isso pode significar no estudo interdisciplinar da cidade. O caso da rua Mário Curica é emblemático: rua oficializada como Capitão Assis, os habitantes questionavam a legitimidade da troca do nome pelo qual era anteriormente conhecida (Almeida, 2016), até que posteriormente passou a ser oficializada com o retorno ao nome do conhecido contador popular de histórias. Há, portanto, muitas outras formas populares de se referir aos lugares, o que torna a investigação das toponímias paralelas (Vieira, 2001) particularmente interessante, em especial quando revelam formas de resistência popular e étnico-raciais. Não se trata apenas de “verificar” se as pessoas conhecem os personagens da história oficial municipal, regional ou nacional contada em suas ruas, mas se a legitimam de alguma maneira, ou têm seus próprios meios de, por vias da memória, toponimizar a cidade não-oficial, não-branca, e o que isso significa no contexto das lutas pelo direito à cidade, em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e institucionalizado, como a brasileira.

CONCLUSÕES

Como se trata de uma pesquisa em fase inicial, ainda não temos conclusões mais aprofundadas a compartilhar. Até o momento, ao analisar os dados preliminares obtidos, ressaltamos a constatação do



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

apagamento dos personagens populares negros, indígenas e afro-indígenas das ruas da cidade e que isto não passa despercebido pelos cidadãos, em especial os racializados, ainda que nem sempre consigam compreender as razões étnico-raciais desse apagamento, circunscrevendo-o ao âmbito político por si só, como se este não fosse também desenhado pela estrutura social racializada. Nosso intuito é de prosseguir com as entrevistas para verificar se essa tendência se confirma e como impacta no que tange à forma como esses cidadãos entendem o seu direito à cidade.

Esperamos com essa pesquisa conseguir alcançar os anseios da comunidade, a partir dos entrevistados, para se construir, em desdobramentos futuros possíveis, projetos de intervenção na toponímia urbana pela perspectiva popular, intervindo de modo mais objetivo na luta pelos símbolos da cidade, que faz parte também da luta pelo direito à cidade.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Pesquisa do IFPA – Campus Breves, pela oportunidade da pesquisa por meio do Edital Interno 001-2025.

Referências

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Anazildo Gama de. **Nos ladrilhos da memória: um breve estudo sobre ruas de Breves**. 2016. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/nos-ladrilhos-memoria-umbreve-estudo-sobre-ruas-breves.htm>
- BRANCO, Samantha Castelo. História oral: reflexões sobre aplicações e implicações. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 8, n. 13, p. 8-27, 2020. DOI: 10.15210/norus.v8i13.18488.
- GUEDES, Ana Célia. Mocambos, Quilombos e Comunidades Quilombolas: resistência dos povos negros na Amazônia Brasileira. In: GUEDES, Ana Célia *et al.* (org.). **Relações étnico-raciais: conceito, saberes, práticas e narrativas**. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- LEÃO. Dione do S. S. **O porto em narrativas: experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-PA (1940-1980)**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e saúde coletiva**, n. 17 (3), mar. 2012. DOI: 10.1590/S141381232012000300007. Acesso em: 14 mar. 2023.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias (Abertura). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Expressões espaciais das relações raciais: algumas notas. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 1, p. 11-27, 2022.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. Os estudos culturais em outras margens: identidades afro-indígenas em zonas de contato amazônicas. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, 2012, ano 9, v. 9, n. 3, p.1-19. Disponível em: www.revistafenix.pro.br.
- VIEIRA, Zara Peixoto. O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular. V Congresso Nacional de Linguística e Filologia. In: **Cadernos do CNLF**, série 5, n. 2, Estudos de Textos – Tradução, Análise e Edição, 2001. Recuperado de: http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm.